



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

**OS BASTIDORES DA DITADURA MILITAR NO BRASIL
(1964-85): DOS DOCUMENTOS DO DEOPS ÀS MATÉRIAS
VETADAS DO SEMANÁRIO O SÃO PAULO.**

Londrina
2013

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

**OS BASTIDORES DA DITADURA MILITAR NO BRASIL
(1964-85): DOS DOCUMENTOS DO DEOPS ÀS MATÉRIAS
VETADAS DO SEMANÁRIO O SÃO PAULO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Luiz Ernesto Guimarães

Londrina
2013

JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR

**OS BASTIDORES DA DITADURA MILITAR NO BRASIL
(1964-85): DOS DOCUMENTOS DO DEOPS ÀS MATÉRIAS
VETADAS DO SEMANÁRIO O SÃO PAULO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Luiz Ernesto Guimarães
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fábio Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, ____ de _____ de ____.

Dedico este trabalho em memória de minhas primas Chrissili e Larissa, vocês continuarão vivas nas lembranças e saudades que guardamos dentro de cada um de nós.

AGRADECIMENTO (S)

Primeiramente gostaria de agradecer a todo o grupo de docentes da Universidade Estadual de Londrina, responsáveis pelas consideráveis contribuições no trilhar da formação da minha vida intelectual. Todas as contribuições que me foram oferecidas pelos estimados professores, com os quais tive contato, moldaram o individuo que sou hoje.

Agradeço também a todos os funcionários e docentes da Universidade que se disponibilizaram a abrir exceções para que eu pudesse continuar meus afazeres acadêmicos mesmo nos momentos mais difíceis destes anos que se passaram.

Em especial, destaco o importante papel do prof. Dr. Fábio Lanza que, por sua vez, não só me incentivou na elaboração do seguinte objeto de pesquisa, assim como proporcionou o contato com todo o material necessário pela elaboração do mesmo, como moveu esforços consideráveis de incentivo e ajuda para manter-me em minhas atividades curriculares nos meses que posso considerar como os mais difíceis de minha vida.

Ao prof. Luiz Ernesto Guimarães, pelo empenho e dedicação no processo de orientação do Trabalho de conclusão de curso que se segue. Devo, também, acrescentar minha gratidão à profa. Dra. Maria José de Rezende e, novamente, ao prof. Dr. Fábio Lanza, pela disponibilização de tempo tanto para a leitura deste trabalho como para a participação na banca de defesa do mesmo, considerando a distinta produção acadêmica, por parte destes, no que tange à temática tratada aqui, é um grande prestígio tê-los como parte vital do processo.

Sou grato também ao CNPq pela disponibilização da bolsa de iniciação científica, que possibilitou maior tempo disponível para o árduo processo da análise documental necessário para a elaboração deste trabalho. Assim como à Arquidiocese de São Paulo pelo fornecimento do material necessário para a elaboração desta pesquisa.

Por último, porém, de longe não menos importante, agradeço aos meus amigos e familiares, em especial a meus pais e irmãos que sempre estiveram

ao meu lado, apoiando-me em todas as minhas decisões, ajudando a me reerguer em todos os tombos e tropeços que levei em minha vida.

Sem a ajuda de todas as pessoas e instituições já mencionadas tenho certeza de que não poderia ter realizado este trabalho de pesquisa, pelo menos não no período de tempo no qual ele foi elaborado.

Portanto, sem mais delongas, venho por meio deste expressar minha mais profunda e sincera gratidão a todos os citados, esperando um dia poder retribuir tudo que me foi oferecido.

Epígrafe

We've got the power, we are divine
We have the guts to follow the sign
Extracting tension from sources unknown
We are the ones to cover the throne

Halloween

NEVES JR., J. W. A. **Os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85):** Dos documentos do DEOPS às matérias vetadas do semanário *O São Paulo*. 2013. 49 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

O trabalho que segue é resultado do processo de análise documental das matérias vetadas, de forma prévia, pela ditadura militar no Brasil (1964-85), do semanário católico da Arquidiocese paulistana, *O São Paulo*, durante o período de imposição da censura prévia ao mesmo (1972-78). A partir da análise do material - fornecido pela Arquidiocese de São Paulo aos cuidados do Prof. Dr. Fábio Lanza – foram identificados diferentes ideais democráticos fomentados durante o período de ditadura militar brasileira. As matérias e documentos utilizados foram selecionados de forma intencional com o intuito de sanar as questões científicas decorrentes da análise prévia deste material e dos estudos bibliográficos, como compreender a ambiguidade dos discursos militares em prol da democracia e definir o posicionamento do semanário em frente à ditadura militar e a redemocratização do Brasil. Dentre os ideais democráticos distinguidos a partir da análise primária do acervo, foram recortados para aprofundamento: o ideal militar *castelista*, vinculado ao grupo da cúpula do poder militar coligada ao primeiro presidente da ditadura militar, Castelo Branco (1964-67); o ideal democrático católico progressista, vinculado à Teologia da Libertação e ao grupo de Dom Hélder Câmara, assim como Dom Paulo Evaristo Arns, pautados na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948); e o ideal democrático populista, ligado às figuras de antigos políticos populistas brasileiros como Jânio Quadros, Juscelino Kubistchek e João Goulart. Foi comprovado o importante papel exercido por parte do clero da Arquidiocese de São Paulo durante o período de ditadura militar no Brasil, demonstrando não só o empenho na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948), como também no questionamento do *satus quo* e na luta pela redemocratização da sociedade brasileira. É exposta a repressão sofrida pelo clero progressista em decorrência de seu posicionamento como questionador da ordem social instituída pela ditadura militar no Brasil, que pode ser destacada desde a imposição da censura prévia aos meios de comunicação católicos até a perseguição e tortura de membros da Igreja, vinculados à vertente progressista do clero brasileiro.

Palavras-chave: Sociologia das Religiões; Ditadura militar (1964-85); Democracia; Censura; Igreja Católica; *O São Paulo*.

NEVES JR, J. W. A. **The backstage of military dictatorship in Brazil (1964-85):** From the DEOPS's documents to the censored news of *O São Paulo*. 2013. 48 pages. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

The follow work is a result from the documental analysis process of the censored news, in previously form by the military dictatorship in Brazil (1964-85), from the catholic newspaper, of the paulistian Archdiocese, *O São Paulo*, during the period of previously censorship of the newspaper (1972-78). Through the analysis of the documents – given by the São Paulo's Archdiocese to the cares of Prof. Dr. Fábio Lanza – it was able to found different democratic ideals fostered during the period of brazilian's military dictatorship. The news and documents used was intencionally selected in order to address the scientific issues arising from the previously analysis of this material and the bibliographic, as understand the ambiguity of the military speech for democracy and the positioning of the newspaper in front of the military dictatorship and for restore the democracy in Brazil. Beneath the democratic ideals founded in the primary analyze of the collection has been selected for deepening: the military *castelist's* ideal, sired to the summit of power group, affiliated with the first president of the military dictatorship, Castelo Branco (1964-67); the catholic progressive's democratic ideal, sired with the Liberation Theology and to the Dom Hélder Câmara's group, as well with Dom Paulo Evaristo Arns, lined up in defense of the Human Rights (ONU-1948); and the populist democratic ideal, affiliated with the images of ancient populist's politicians of Brazil, like Jânio Quadros, Juscelino Kubistchek and João Goulart.. The follow process has prove the importance of part of the clergy from the São Paulo's Archdiocese during the period of military dictatorship in Brazil, showing not just the fight to defend the Human Rights (ONU-1948), as well by questioning the *status quo* and in the fight for democracy restoration in the brazilian's society. Was showed the repression suffered by the progressive clergy in result of their position as questioner of the social order instituted by the military dictatorship in Brazil, that may be proved since the imposition of the previously censorship to the catholic media till the chase and torture of the Church members, sired to the progressive side of the brazilian's clergy.

Key words: Religion Sociology; Military Dictatorship (1964-85); Democracy; Censorship; Catholic Church; *O São Paulo*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-2 – Ato Institucional nº 2

ARENA – Aliança Renovada Nacional

CDPH – Centro de Documentação e Pesquisa Histórica

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da America

JK – Juscelino Kubistchek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

OSP – *O São Paulo*

SP – São Paulo

TFP – Tradição, Família e Propriedade

UEL – Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	17
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	22
3.1	CARACTERÍSTICAS DO ESTADO BRASILEIRO PRÉ-GOLPE DE 1964	23
3.2	O SEMANÁRIO O SÃO PAULO: DA FUNDAÇÃO À CENSURA PRÉVIA	26
4	QUESTÕES DEMOCRÁTICAS EM MEIO A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-85)	33
4.1	OS MILITARES <i>CASTELISTAS</i> E O IDEAL DEMOCRÁTICO DA CÚPULA DO PODER MILITAR	34
4.2	DIFERENTES IDEIAS DEMOCRÁTICAS EXPOSTOS NAS MATÉRIAS VETADAS DO SEMANÁRIO O SÃO PAULO (1972-78)	39
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

Em resposta às supostas ameaças comunistas que emergiam durante o governo de João Goulart¹ que, nas palavras de Skidmore (1991), possuiu um caráter nacionalista radical – o início das reformas de base e da reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul e a possibilidade de rompimento com a contínua e abusiva exploração do Capital hegemônico externo no Brasil² - em meio à tensão global causada pelo contexto da Guerra Fria, as Forças Armadas e o exército brasileiro aplicou o golpe de Estado – denominado erroneamente pelos militares, e por seus partidários, como revolução - que ficou conhecido na história da nação como “golpe de 64”. Contudo

As massas populares não fizeram a “baderna” temida pela direita nem saíram em defesa do governo de Goulart como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964, elas foram ainda mais uma vez o parceiro-fantasma no jogo político (WEFFORT, 1980, p. 16).

A (contra)revolução³ de 64 (Golpe de 1964) teve início, como nos mostra Rezende (2001), com discursos em prol da democracia e do progresso social, tal fato pode ser absorvido a partir do discurso de Castelo Branco – primeiro presidente da ditadura militar no Brasil (1964-67) - no congresso convocado em virtude de sua eleição, nas palavras do mesmo era sua tarefa cumprir “plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as forças armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social” (REZENDE, 2001, p. 68).

Entretanto, no decorrer dos três anos de governo do ex-presidente Castelo Branco, o que se observou foi à extinção completa dos direitos democráticos já conquistados pela sociedade brasileira e o início de uma ditadura sangrenta e brutal que perdurou no país por duas décadas (1964-85).

Os Direitos Humanos (ONU-1948) foram postos de lado, tendo em vista que as garantias civis foram desrespeitadas, em prol de uma política de

¹ Presidente do Brasil (1961-64) deposto pelo Golpe de 64.

² Para mais informações ver Skidmore (1991).

³ O conceito de contra-revolução é o mais indicado na definição do ocorrido, pois, como nos mostra Florestan Fernandes (1975), tinha como objetivo a manutenção e preservação de uma ordem já instituída.

Segurança Nacional pautado exclusivamente na legitimação da ditadura militar, deu-se partida, então, à perseguição a todos os sujeitos considerados como partidários da subversão a ordem instituída.

Com o advento da ditadura militar no Brasil, e em nome da Segurança Nacional, instalou-se um complexo sistema repressivo para combater a subversão e, ao mesmo tempo, reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

Aspirar por qualquer ideal democrático que não condissesse com o ambíguo conceito de democracia, que os militares visavam aplicar no Brasil, tinha como resposta a perseguição política e, em muitos casos, a aplicação de tortura, cujos relatos puderam ser apreendidos a partir do levantamento bibliográfico e da análise das matérias vetadas, de forma prévia, pela ditadura militar, no semanário *O São Paulo*⁴.

Um exemplo da aplicação de métodos de tortura, por parte dos militares, pode ser destacado a partir da análise da carta proveniente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo enviada ao semanário para divulgação da tortura do menor João Isidoro de Oliveira - preso em 14 de fevereiro de 1978 e reencontrado pelo pai em 24 de fevereiro do mesmo ano –

Daí o sr. Reis, chefe da investigação, comunicou-lhe que seu filho estava 'muito doente', com mancha no pulmão e distúrbios cardíacos e que por isso havia sido internado no Hospital Piratininga de Capão Redondo. No mesmo dia o sr. Reis levou o depoente para ver o filho. Ai pode constatar o lamentável estado em que se achava o filho: as duas pernas cortadas pelas ataduras de fios elétricos, com os quais foram aplicados ao menino choques com corrente de 220 Volts. Os pulsos também cortados por ataduras. Os dois olhos estavam enormemente inchados, assim como as pernas e os pés. As costas e o tórax inteiramente cobertos com escoriações e sinais de espancamentos. Viu também a ficha clínica do filho, na qual estão anotados problemas graves no coração e nos pulmões como consequência dos maus tratos que recebeu no 47º Distrito Policial (COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, 14/03/78, lauda 2).

Um dos artifícios utilizados pela ditadura em seu processo de legitimação se deu através da censura prévia dos meios de comunicação nacionais, com o intuito de impedir a disseminação de ideias propensas a fomentar a subversão à ordem instituída, assim como qualquer possível questionamento aos

⁴ Acervo de matérias disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo para o CDPH-UEL.

abusivos meios utilizados pelas instituições responsáveis pelo combate aos denominados sujeitos subversivos.

A partir das matérias vetadas do semanário *O São Paulo*, de cunho da Arquidiocese de São Paulo, é possível observar (ao menos de forma um pouco mais abrangente) os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85).

É inegável o fato da população brasileira, em sua grande maioria, estar vinculada a influência da Igreja Católica, desde os primórdios da colonização do território nacional, em sua formação moral e cívica. Segundo Joanino Neto, a Igreja Católica deve ser considerada como uma “instituição de central importância em nossa formação histórica e de fortíssima influência política e cultural” (JOANINO NETO, 1996, p. 6).

Neste ponto, o posicionamento de uma instituição de grande prestígio nacional, como a Igreja Católica, torna-se essencial para a compreensão da formação da identidade do sujeito de fé e a influência política que deriva de suas experiências religiosas. Segundo Simmel (2011), encontramos a fé como um sentimento humano que ultrapassa as linhas da religião e se estende para a vida social como um todo, sendo um alicerce essencial para o bom funcionamento da vida em sociedade.

Este sentimento de fé simmeliano pode ser encontrado não só na relação do fiel para com sua divindade, mas, também no sentimento criado por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, para com uma instituição, para com outro indivíduo, para com um grupo ou classe social, entre outros.

A partir de um levantamento bibliográfico foi possível notar, porém, a escassa produção, no que tange ao campo das Ciências Sociais, a respeito do papel do semanário *O São Paulo* durante o período de ditadura militar, estando a maioria dos trabalhos encontrados representados por autores ligados à Teologia da Libertação.

Dada, entretanto, a importância histórica reservada ao semanário – de alcance nacional – no âmbito do questionamento da ilegalidade do *status quo* e da doutrina de Segurança Nacional instituída pela cúpula do poder militar, assim como o posicionamento de apoio à fomentação de ideais que possibilitassem a redemocratização do país, e com a disponibilização das matérias vetadas de forma previa pela ditadura militar no semanário *O São Paulo*, pela Arquidiocese paulistana, torna-se essencial uma exploração de maior profundidade na temática.

No processo de investigação foi realizada a análise documental dos documentos provenientes do DEOPS – disponibilizados virtualmente pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, em abril de 2013 – tendo em vista a importância histórica destes documentos que nos possibilitam um ponto de vista privilegiado da doutrina de Segurança Nacional instituída pela ditadura militar no Brasil (1964-85).

A pesquisa teve como intuito distinguir os diferentes ideais democráticos fomentados e expostos nas matérias do semanário durante o período de imposição da censura prévia ao mesmo (1972-78), assim como o ambíguo ideal democrático defendido pelos militares *castelistas*⁵.

No decorrer do processo, será demonstrada a ambiguidade de instalação de um regime democrático em uma sociedade onde coexista, com este, o meio capitalista de produção⁶.

Dos ideais democráticos percebidos através da análise do material, disponibilizado pela Arquidiocese paulistana e, a partir das pesquisas bibliográficas, serão salientados no desenrolar da pesquisa os ideais *castelista*, católico progressista e populista.

Através de contribuições da Ciência Política almejar-se-á realizar uma classificação destes diferentes tipos de anseios democráticos, na tentativa de contextualizar historicamente a fomentação destes ideais. Considerando não só a incompatibilidade da coexistência de uma democracia plena – na qual todos os cidadãos coexistam em igualdade absoluta política e economicamente - em um Estado capitalista, mas também a realidade ditatorial que havia sido instituída na sociedade brasileira.

O trabalho também almejou destacar o importante papel do semanário *O São Paulo* e do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns durante o turbulento período de ditadura militar vigente no Brasil (1964-85), destacando as denúncias realizadas pelos editores do semanário contra as atrocidades cometidas contra os Direitos Humanos (ONU-1948) – torturas, perseguições políticas, censura prévia, extinção dos direitos democráticos e dos direitos de associação – em prol da

⁵ Termo utilizado por Skidmore (1991) para designar os militares ligados a Castelo Branco – primeiro presidente da ditadura militar no Brasil (1964-67) – e ao seu ideal de democracia que permaneceu nas promessas dos discursos políticos de todos os seus representantes.

⁶ Para mais informações Wood (2011).

Segurança Nacional e da continuação da relação de dominação burguesa, interna e externa, que vigorava no país.

Do acervo de aproximadamente cento e setenta matérias – número de documentos provenientes do semanário *O São Paulo* que foram disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo até o presente momento, – disponíveis para o projeto de Estudos sobre Religiosidades e Mídia Religiosa⁷ - foram selecionadas, de forma intencional de modo a conterem discursos ou referências aos diferentes ideais democráticos que foram expostos nesse trabalho, um total de oito matérias que abordassem a temática em questão neste trabalho, com o intuito de fornecer material de caráter qualitativo para a pesquisa.

Os três capítulos que se seguem neste trabalho abordarão respectivamente: a metodologia utilizada no processo de pesquisa; uma breve contextualização histórica sobre o Estado brasileiro e o semanário *O São Paulo*; e por fim, a exposição dos diferentes ideais democráticos apreendidos a partir do processo de análise documental.

Estando vinculado ao projeto 0768 – Estudos sobre Religiosidades e Mídia Religiosa, e ao CDPH-UEL, este trabalho foi planejado ao longo do processo de análise e digitalização das matérias vetadas, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário *O São Paulo* disponibilizadas aos cuidados do prof. Dr. Fábio Lanza pela Arquidiocese de São Paulo⁸.

⁷ Projeto 0768 vinculado à PROPG-UEL, sob orientação do prof. Dr. Fábio Lanza.

⁸ Cedidas durante o processo de elaboração da Tese de Doutorado, elaborada na Pontifícia Universidade Católica (PUC) da cidade de São Paulo, defendida em 2006.

2 – ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A complexidade do objeto de pesquisa fez necessária a busca de contribuições da área tanto da Ciência Política – apesar da mesma não ser a base fundamental de elaboração do trabalho - como da Sociologia, com ênfase nas contribuições provindas da Sociologia das Religiões, assim como da análise do discurso e da análise documental.

Segundo Portelli (1984), a partir de uma análise gramsciana, a Igreja, assim como a religião em si, devem ser tomadas como aparelhos ideológicos de Estado, desta maneira – e considerando a importância social reservada para a Igreja Católica no Brasil – podemos compreender a necessidade do apoio do clero conservador na legitimação da ditadura no Brasil, assim como o discurso proferido por Costa e Silva⁹ – segundo presidente da ditadura militar (1967-69) – no ano de 1967, no qual, segundo Souza (2009), insinuou que a doutrina dos militares da cúpula do poder se pautava na doutrina social católica:

Recebemos com grande entusiasmo o apelo de Sua Santidade em favor do desenvolvimento integral do homem e do desenvolvimento solidário da humanidade; esses também são os nossos objetivos, convictos que estamos de que o desenvolvimento é o novo nome da paz (In: SOUZA, 2009, p. 4).

O clero progressista por sua vez – apesar de questionar a legalidade da ditadura instituída – possui a Teologia da Libertação, também, como um meio de combate as ameaças de fomentação de uma revolução de caráter socialista, como foi comprovado a partir das análises elaboradas no decorrer deste trabalho.

Suas críticas ao desrespeito aos Direitos Humanos (ONU-1948) estão fundamentadas na ascensão de qualquer tipo de Estado totalitário em uma sociedade, sendo ele de caráter de extrema direita ou de extrema esquerda.

Ao passo em que o clero vinculado a Teologia da Libertação não contesta de modo algum o sistema capitalista em si, ou o direito de propriedade privada, mas sim o capitalismo selvagem, no qual reina uma desigualdade social gritante, e o regime ditatorial, podemos afirmar que esta parcela do clero continua, então, sendo constituída como Aparelho Ideológico de Estado – dessa vez, porém, simplesmente do Estado de ordem capitalista e não do ditatorial – tendo em vista

⁹ Militar de caráter radical contrário as ambições democráticas dos militares *castelistas*.

que “a definição gramsciana de Estado permite definir a Igreja como um Aparelho Ideológico de Estado e por isso precisar suas relações com a ‘sociedade civil” (PORTELLI, 1984, p. 37).

As forças armadas, por fim, serão tomadas, neste trabalho, como instrumentos de força legitimada do Estado, agindo em prol da garantia e manutenção da dominação burguesa na sociedade brasileira, a partir de Weber (1971).

A análise documental pode “nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas assim como fornecer materiais sobre os quais basear investigações mais aprofundadas” (MAY, 2004, p. 205).

Em continuação, segundo Moreira (2006), este tipo de análise delimita dois tipos de matérias com os quais o pesquisador pode vir a trabalhar, sendo elas constituídas por fontes primárias – documentos institucionais ou oficiais, cartas privadas ou mesmo escritos pessoais - e fontes secundárias – jornais, revistas, boletins, catálogos -, dada a presença de ambos os tipos dentro do acervo disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo, assim como a presença das fontes primárias provindas dos documentos oficiais do DEOPS¹⁰ a pesquisa se responsabiliza pela análise dos dois tipos de fontes documentais.

Cellard (2008) aponta as precauções que devemos ter antes de dar início a uma análise documental, sendo necessário, para tanto, um estudo prévio sobre as cinco categorias que possibilitarão uma melhor análise dos documentos fornecidos, sendo essas categorias: 1º o contexto histórico no qual os documentos foram produzidos; 2º conhecimento sobre o autor que produziu o documento; 3º autenticidade e confiabilidade do documento (com o intuito de descobrir se os documentos não foram adulterados por indivíduos de má fé); 4º a natureza do texto; e, por fim, 5º os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Contextualizando historicamente o período de produção dos documentos, encontramos uma tensão mundial causada pela Guerra Fria, a implantação de um Estado ditatorial no Brasil que tinha como proposta combater qualquer possível ameaça comunista à nação brasileira, garantindo, desta maneira,

¹⁰ Disponibilizados virtualmente pelo Arquivo Publico do Estado de São Paulo.

a continuidade do sistema de produção capitalista, de caráter dependente, na sociedade brasileira.

Encontramos ao mesmo tempo uma mudança ideológica em parte do clero católico brasileiro que, influenciados pelo Concílio Vaticano II (1961-65) e pela Conferência Episcopal de Medellín (1968), voltaram sua atenção para as camadas desfavorecidas da sociedade (pobres, operários, jovens, perseguidos políticos).

Sobre a autoria dos documentos, temos a possibilidade de acesso à documentos provindos tanto de militares, e filiados da política de Segurança Nacional militar, nos quais reinam o extremismo de direita e o combate cego a qualquer possível ameaça à ordem instituída, assim como documentos provindos do clero progressista, e seus filiados, nos quais se expõe claramente o questionamento ao *status quo* e a já mencionada política de Segurança Nacional.

Devemos considerar que a possibilidade de analisar os discursos de diferentes pontos de vista acaba por fertilizar um terreno com muito mais riqueza para a análise que se sucede.

Dada a procedência dos documentos utilizados – sendo os provenientes do DEOPS disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, e os documentos do semanário *O São Paulo* fornecidos pela própria Arquidiocese de São Paulo¹¹ - torna-se incontestável a autenticidade dos documentos.

Da natureza do texto devemos destacar os documentos provenientes do DEOPS como relatórios que seriam direcionados para superiores da cúpula do poder militar – que, a princípio, deveriam ser mantidos em sigilo para a sociedade - enquanto os documentos disponibilizados pela Arquidiocese paulistana foram produzidos com o intuito de alcançar toda a massa populacional brasileira. São, portanto, fontes distintas de produção documental que devem ser tratadas com o cuidado peculiar que cabe a cada uma de suas fontes.

Os conceitos-chaves, para finalizar, são absorvidos a partir de uma análise inicial dos documentos, tendo saciado todas as demais categorias que antecedem a análise documental, cabe ao pesquisador valer-se dos conhecimentos

¹¹ Instituição responsável pela edição e publicação do semanário.

adquiridos para dar início a uma pré-análise dos documentos com o intuito de categorizar os conceitos que achará relevantes para sua pesquisa.

Deve-se salientar que os conceitos podem ter diferentes significados de acordo com o contexto histórico no qual são aplicados, e por isso mesmo, é necessário todo o procedimento já explicado para garantir uma análise documental com maior qualidade científica.

Ademais, quando utilizamos a técnica da análise documental devemos estar cientes da lei nº 8.159, regulamentada pelo Decreto nº 1.173, que nos indica os procedimentos decorrentes da relação do analista com o seu objeto de pesquisa:

O art. 1º da Lei de Arquivos, por exemplo, dispõe que é dever do poder público 'a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação'. O art. 2º considera como arquivos "os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, (...) bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos argumentos" (MOREIRA, 2006, p. 274).

A partir da análise do discurso foi possível definir os diferentes ideais democráticos que floresceram no período da ditadura militar brasileira (1964-85), com ênfase nos ideais expostos nas matérias censuradas, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário *O São Paulo* durante a década de 1970, também foi necessário definir o ideal democrático ansiado pela cúpula do poder militar no decorrer das duas décadas de ditadura no Brasil.

Esta análise, porém, tomou os caminhos expostos por Bakhtin, tendo em vista uma orientação teórico-metodológica que possibilite a interpretação dos dados recolhidos mantendo a preocupação com

- (1) não separar a ideologia da realidade material do signo [...];
 - (2) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada [*sic*] e que não tem existência fora desse sistema a não ser como objeto físico);
 - (3) não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infra-estrutura).
- Realizando-se no processo de relação social, todo signo ideológico, e portanto também o signo linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados (BAKHTIN, 1986, p. 44).

É essencial, também, para este trabalho os apontamentos de Michel Pêcheux (CESÁRIO e ALMEIDA, 2010) segundo o qual, qualquer discurso está sempre atravessado pela ideologia, sendo que uma formação discursiva tende a estar impregnada pela formação ideológica. Ainda é necessário levar em conta o fato já apontado por Löwy (2009) de que a ideologia de uma classe ou grupo social é histórica e socialmente determinada

Partindo deste ponto, objetivar-se-á trabalhar com o conceito de *interdiscurso* de Pêcheux, segundo o qual “as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 11), estando diretamente ligado à formação ideológica do indivíduo.

O sujeito, portanto, encontra-se predisposto a deferir um determinado tipo de discurso de acordo com o momento histórico-político no qual o mesmo se encontra inserido, salientando que o silêncio e a recusa a discursar sobre certo tema ou assunto também constitui uma formação discursiva característica de um contexto histórico-político peculiar.

Assim, a partir de contribuições da Sociologia, com ênfase na Sociologia das Religiões, da Ciência Política, da análise do discurso e da análise documental, este trabalho buscou compreender e discutir os diferentes ideais democráticos expostos nas matérias vetadas, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário *O São Paulo*, evidenciando o importante papel exercido pelo jornal católico durante o período da ditadura, com ênfase nos anos de imposição da censura prévia (1972-78).

3 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Generals gathered in their masses
Just like witches at black masses
Evil minds that plot destruction
Sorcerers of death's construction
In the fields the bodies burning
As the war machine keeps turning
Death and hatred to mankind
Poisoning their brainwashed minds
Oh, Lord
(Black Sabbath)¹².

¹² War Pigs, faixa do álbum Paranoid, lançado em 1970 na Inglaterra.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTADO BRASILEIRO PRÉ-GOLPE DE 64

Para discutir o golpe de 1964 é primordial que tenhamos noção das peculiaridades impostas ao Estado brasileiro pela sua condição de país periférico com capitalismo de caráter dependente, para tanto tomaremos como principal horizonte norteador as análises de Florestan Fernandes.

Segundo o autor, a dominação burguesa no Brasil estava pautada, desde seu princípio, em procedimentos autocráticos – dado que a burguesia nacional se constituía em uma *nova oligarquia* proveniente do antigo senhor de terras -, ademais, a Revolução Burguesa no Brasil se limitou ao âmbito político, estendendo suas garras ao Estado – que se torna o tutor das relações de dominação social, responsável por manter a ordem instituída e o bom funcionamento do capitalismo dependente, interferindo diretamente na esfera econômica – a burguesia consolida um controle oligárquico do poder.

Ao que parece, onde a dominação burguesa não se revela capaz de mobilizar e aplicar semelhante reserva de poder, ela corre o risco de ser facilmente deslocada por grupos que invadem o referido espaço político: não importa se em nome de uma “revolução dentro da ordem” ou da ‘simples consolidação do regime’. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa (FERNANDES, 1975 p. 212).

O capitalismo dependente limita, drasticamente, as alternativas da burguesia nacional que acaba por reduzir o campo histórico de atuação da mesma, desta forma a Revolução Burguesa no Brasil consistiu apenas em uma “transição” de uma oligarquia para outra, consolidada com auxílio do capital estrangeiro e sofrendo uma constante pressão desse capital para a realização de um “desenvolvimento com segurança” que possibilitasse garantias econômicas e sociais para o mesmo e suas empresas instaladas no país.

Partindo de Weber (1971), podemos classificar as Forças Armadas - exército e a polícia em geral - como mecanismos de violência legitimados que tem como intuito a preservação da ordem da dominação burguesa e da proteção da propriedade privada.

Seguindo esta linha de pensamento, encontramos o monopólio da violência legitimada, nas mãos do Estado, como um mecanismo essencial para a

garantia da dominação de classes na sociedade, seja ela qual for. Salienta-se ainda que “o meio decisivo para a política é a violência” (WEBER, 1971, p. 145).

Mais ainda, segundo Saes (2001), as Forças Armadas se configuram como um subaparelho que permeia o conjunto do aparelho do Estado, dessa forma exercem um duplo protetorado: sobre a burocracia civil e sobre os políticos ocupantes de cargos eletivos. Tendo como base estas noções partiremos para a análise do contexto histórico no qual se deu o golpe de 1964.

Devemos, também, salientar a necessidade, tanto para a burguesia como para o proletário, da realização de uma “revolução burguesa” no Brasil, no início da década de 1960, que colocasse fim aos problemas sociais brasileiros

pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semi-feudais, no campo, entravando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo da economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento autônomo da nação brasileira. Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar forças com a burguesia nacional e outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora (RIDENTI, 1993, p. 25).

Nesta realidade *semi-feudal* brasileira, o pensamento de Oliveira Viana exerceu influência determinante na consolidação das ditaduras impostas à nação brasileira – ditadura Vargas (1937-45) e a ditadura militar (1964-85) – que, segundo ele¹³ - em decorrência do sistema latifundiário – encontrava-se dividida em *clãs* provinciais, nos quais o grande latifundiário exercia poder político e social decisório na realidade local.

Para romper com determinados problemas sociais – tomados como causa do atraso tecnológico brasileiro e da realidade de país subdesenvolvido¹⁴ - Viana aconselhava necessário uma ditadura, de caráter temporário, que viabilizasse a centralização do poder – até então quebrado e distribuído entre os chamados *clãs* provinciais – assim como, a educação da população brasileira para exercício democrático.

O governo de João Goulart não só deu início à reforma agrária no Brasil, como contestou, e mesmo ameaçou, a dominação burguesa norte-americana

¹³ Vide WEFFORT, Francisco C. 2006.

¹⁴ Termo atualmente abolido das produções científicas, que se refere aos países em desenvolvimento.

no país. Isso tudo em meio à névoa da Guerra Fria - uma época que se destaca pelo extremismo ideológico, desmedido, das grandes nações capitalistas e socialistas - e à recente revolução socialista cubana (1953-59).

Os Estados Unidos estavam perdendo aliados dentro de “seu” próprio território e, dada à importância política do Brasil na América do Sul, era inviável correr qualquer risco de perder a influência e poder capitalista norte-americano que se exercia sobre a nação brasileira, ao passo que a instalação do socialismo no Brasil oferecia o risco de rápida ramificação por toda a América do Sul.

Em uma matéria vetada, de forma prévia pela ditadura militar, do semanário *O São Paulo*, o contexto da Guerra Fria, assim como a extensão territorial brasileira e a existência de governos populistas são tomados como causas da ditadura militar “esses contextos, prossegue a publicação¹⁵, favoreceram o aparecimento da Segurança Nacional. Essa ideia propiciou a organização de um Estado marginalizado das correntes democráticas” (OSP¹⁶, 03/03/1978, lauda 2).

Rotulando o governo de João Goulart como comunista, e com apoio do capital norte-americano, o exército e as Forças Armadas brasileiros aplicaram, em abril de 1964, o golpe militar que, apesar de inconstitucional, foi rapidamente legitimado e aceito pelos Estados Unidos.

De acordo com Florestan Fernandes (1975) podemos classificar o golpe de 1964 como uma contra-revolução, pois ao invés de romper com a ordem, ele se realizou com o intuito de manter a ordem já existente, garantindo, assim, a continuidade do poder político da oligarquia burguesa nacional e os interesses da burguesia externa. Muito longe, portanto, de estar pautada no ideal democrático, a cúpula militar responsável pelo golpe estava coberta pela autocracia típica da elite burguesa oligárquica nacional.

Ignorando a função do Estado nos países periféricos de capitalismo dependente – manutenção das condições favoráveis à dominação da burguesia interna e externa – o governo de João Goulart acabou por fomentar movimentos sociais, de cunho socialista, que ameaçavam a ordem instituída pelas burguesias internas e externas, ameaças que, devido ao período de Guerra Fria e ao evidente

¹⁵ Pro Mundi Vita (Bruxelas, Bélgica, setembro de 1977).

¹⁶ Matéria constando referencia autoral apenas pelo nome “Oglai”.

avanço comunista no Globo, não poderiam ser suportadas dentro da relação de dominação capitalista que se instituía no Brasil.

Desta forma tornou-se necessário para as burguesias internas e externas a realização de um golpe de Estado, de caráter contrarrevolucionário que garantisse os interesses burgueses – por parte da burguesia, tanto interna, como externa - no país e extirpasse as supostas ameaças socialistas que afloravam no seio da população brasileira.

3.2 O SEMANÁRIO *O SÃO PAULO*: DA FUNDAÇÃO À CENSURA PRÉVIA

Fundado em 1956, pelo cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, o semanário *O São Paulo* tinha como objetivo a evangelização da população brasileira e a proliferação da doutrina católica romanizada e ultramontana¹⁷, que era imposta pelo Vaticano nos fins do século XIX, desta forma, demonstrando um caráter conservador e, como nos mostra Lanza (2006), um posicionamento de apoio ao golpe militar de 64, apesar de, como salienta, criticar os métodos violentos utilizados pelos militares.

Existe, escancaradamente, a concordância do alto clero paulistano com a ação golpista de 1964, porque ela era tida como responsável pela reinstalação da ordem ameaçada pelo avanço bolchevista no Brasil. No entanto, ficaram expostas as preocupações acerca do uso da violência e arbitrariedade policial, que não eram suficientes para resolver os demais problemas da sociedade brasileira. Mais ainda, contrariamente ao protocolo militar, reafirmou-se o “sagrado direito de defesa” dos acusados presos nas ações policiais (LANZA, 2006, p.140).

É indispensável para este trabalho abordar a importância exercida pelo Concílio Vaticano II (1961-65) e pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) que mudaram o eixo de foco de parte da Igreja Católica Latino-Americana para as massas populares e os jovens trabalhadores.

Fenômeno que, de acordo com Wanderley (2007), causou uma cisão no clero católico brasileiro entre conservadores liderados pelos bispos da TFP (Tradição Família e Propriedade) – que se posicionaram como partidários da

¹⁷ Doutrina que tinha como intuito restaurar os dogmas católicos romanizados centralizando o poder na sede do Vaticano.

ditadura militar – e progressistas, representados pelo grupo de Dom Hélder Câmara – que apoiaram as camadas populares e combateram os abusos militares durante a ditadura, assim como lutaram pela redemocratização do país – com destaque especial neste trabalho para o Arcebispo da Arquidiocese da cidade de São Paulo, Dom Paulo E. Arns.

A avaliação, por exemplo, que Dom Paulo faz do jornal *O São Paulo* é altamente positiva. Ele ressalta que, durante o período da ditadura militar, esse jornal desempenhou um importante papel de resistência; essa função de *O São Paulo* foi para a história do jornal e do país algo muito significativo. Nesse período, cada edição desse jornal arquiocesano era minuciosamente analisada e decifrada, isto é, procurava-se interpreta-la em todas as suas afirmações (PESSINATTI, 1998, p. 218).

Ampliando nosso horizonte de visão podemos notar a considerada influência de Dom Hélder na disseminação de ideais de igualdade na sociedade brasileira e combate ao regime ditatorial militar, assim como o impacto causado pelas ideias do Arcebispo, destacando o simples fato da proibição de publicações midiáticas que se referissem ao nome de dom Hélder Câmara, constatando, portanto,

A proibição, ‘oficializada’ através de instruções por escrito do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, da simples menção do nome de Dom Hélder Câmara na imprensa, rádio e televisão. E a dupla censura prévia, no Departamento de Censura da Polícia Federal, do semanário *O São Paulo*, o órgão de comunicação da Arquidiocese de São Paulo (CASTRO, 1985, p. 41).

A censura prévia era, portanto, uma ferramenta essencial de controle social utilizada pela ditadura militar para manter as massas sob uma nuvem de ignorância no que dizia respeito às atrocidades cometidas pelos militares, sendo imposta a inúmeros jornais brasileiros.

Em casos extremos, os militares, e mais tarde a Polícia Federal, ocupavam as redações e as gráficas de alguns jornais. Entre os tópicos mais frequentemente censurados estavam as forças de segurança, a guerra de guerrilha, a política interna dos militares, as dissidências pacíficas com o regime, as violações contra os direitos humanos, as relações entre a Igreja e o Estado e líderes específicos da oposição como Dom Hélder (SERBIN, 2001, p. 348).

Com a chegada de Dom Paulo E. Arns ao cargo de arcebispo da Arquidiocese de São Paulo em 1970 e, consecutivamente, a edição do semanário *O*

São Paulo, o jornal passou a sofrer mudanças que o tornaram um forte meio de comunicação brasileiro, atingindo âmbito nacional e passando a disseminar os pensamentos e ideais ligados à Teologia da Libertação e ao clero progressista – com ênfase ao clero paulistano – assim como a criticar com veemência a ilegalidade e as atrocidades da ditadura militar no Brasil. Dessa forma, nas palavras do próprio Arcebispo Dom Paulo:

O *São Paulo* foi bastante conservadora, o que causou-me grande admiração, pois *O São Paulo* deveria ter continuado no Brasil comandado pelo cardeal Motta, mas não continuou. Quando cheguei aqui em São Paulo de fato era um jornal assinado mais por compaixão do que por paixão, por isso acho que foi um período bastante difícil. Então entreguei em um período para uma equipe de jornalistas leigos e orientados por mim, mas, como a Arquidiocese de São Paulo não quis arcar com os custos, tivemos que abreviar o tempo de colaboração com essa equipe [...]; de sete mil assinantes nós imediatamente subimos para 30, 40, 50 mil e hoje certamente, quem sabe, o jornal do Estado inteiro de São Paulo ou até parte do Brasil [...]. Depois houve sempre novos períodos até o momento da intervenção do governo totalitário [principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional n. 5], que impôs a todos os meios de comunicação o silêncio sobre os fatos mais interessantes para o povo (In: LANZA, 2006, p. 81).

O questionamento à ditadura militar e o foco nas classes sociais desfavorecidas da sociedade brasileira acabaram por desaguar na perseguição do clero progressista – ligado à Teologia da Libertação – por parte dos militares e das instituições responsáveis pela manutenção da chamada “ordem” social instituída.

Com o artifício da necessidade de combater as ameaças comunistas no território nacional, o poder militar rotulou os clérigos vinculados à Teologia da Libertação – assim como a Dom Hélder Câmara – como *subversivos* a ordem social capitalista, sendo taxados, em consequência, de marxistas ou mesmo comunistas. Como segue na matéria:

com isso, alguns membros do governo, com pouca cultura democrática, ou inseguros e incertos em suas opções, ou necessitados de apoio eclesial, não viam com bons olhos essa tomada de posição da Igreja pro conciliar, preocupada pela justiça social, e começaram a criar um estado de tensão e de intimidação, culminando com agressões a alguns homens da igreja (OSP¹⁸, 3 de março de 1978, lauda 3)

¹⁸ No que diz respeito à autoria consta apenas o nome “Oglai”.

Em resposta às perseguições militares contra a dita “subversão” ao comunismo, o clero progressista manteve-se edificado como defensores e pregadores da doutrina cristã e dos Direitos Humanos (ONU-1948).

Em uma das matérias vetadas – de forma prévia pela ditadura militar – do semanário *O São Paulo*, destaca-se a seguinte resposta às acusações proferidas ao clero progressista “Não podemos reconhecer ao Estado o direito de julgar nossa missão evangelizadora, incriminando-a de subversão ao comunismo. É muito cômodo procurar encobrir assim a denúncia de injustiças que oprimem a maior parte de nossa gente” (OSP, 1976)¹⁹.

É visível, desta forma, a perseguição sofrida pelos membros do semanário, assim como de todo o clero progressista. A partir da análise do prontuário do DEOPS, referente a Dom Paulo²⁰ podem ser destacados trechos que ao mesmo tempo em que comprovam o comprometimento do arcebispo com os Direitos Humanos (ONU-1948) e com os movimentos sociais de questionamento do *status quo*, deixam claro, também, a perseguição exercida pelos militares contra o arcebispo e seus seguidores

“O nominado, foi severamente criticado pelo Cel. Antonio Erasmo Dias, Secretário da Segurança, durante o encontro com jornalistas, em seu gabinete, afirmando: ‘esse padre é que está colocando na cabeça dos estudantes essa idéia de Constituinte. Disse aqui, repito e direi ate na frente de Jesus Cristo. O regime não será derrubado conforme muita gente está querendo. Não posso dizer quem, é muita gente. O religioso não deve incentivar desse jeito os estudantes. Ele poderá ser o responsável pelo que vier a acontecer’” (DEOPS, 20/10/1977²¹, lauda 7).

No mesmo prontuário, já citado, seguem informações provenientes do DEOPS que classificam o individuo Dom Paulo E. Arns da seguinte maneira

Elemento atuante da cúpula da ‘Ala Progressista’ do clero católico do país, que se dedica a conectar o clero esquerdista com os meios sindical e estudantil, valendo-se do prestígio inerente ao seu cargo de Cardeal Arcebispo de São Paulo e das suas reconhecidas qualidades pessoais (dinamismo, cultura e capacidade de manobra), conforme informação n°

¹⁹ Matéria intitulada “Evangelização de Olinda”, não consta autoria nem data precisa de produção, apenas o ano, 1976.

²⁰ Disponível no endereço:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P0050_53_01.pdf (acesso em 22/09/2013 as 16h02min).

²¹ Data de preenchimento do relatório incluído no prontuário de Dom Paulo Arns.

111/75-E2 da AD/2, sobre atividades comunistas (DEOPS, 03/04/1975²², lauda 8).

Devemos grifar desta última a rotulação atribuída ao clero progressista de “esquerdista” assim como a referência ao termo “atividades comunistas” que exemplificam claramente a acusação exercida sobre este clero, por parte da cúpula do poder militar, como “subversivos” a ordem instituída.

O posicionamento em questionamento à legalidade do *status quo* e as constantes denúncias às perseguições políticas aos crimes cometidos contra os Direitos Humanos (ONU-1948), por parte dos militares, culminaram no ano de 1972 no fechamento da Radio 9 de Julho²³ e na imposição da censura prévia ao jornal semanário *O São Paulo*, que perdurou até 8 de junho de 1978 quando “a censura, portanto, acabou como havia começado: pelo telefone, sem que houvesse um documento escrito, decretando o seu término, como não tinha havido, sete anos antes, decretando o seu início” (PEREIRA, 1982, p. 184).

Em uma das matérias vetadas pela ditadura militar, encontramos o depoimento de Amaury Castanho - diretor do semanário até o ano de 1974 - sobre como se deu a censura ao semanário *O São Paulo*

A censura começou em 1972, lá pelo mês de maio, no começo do mês. Recebemos um telefonema da Superintendência da Polícia Federal, avisando que a censura prévia iria começar no dia seguinte, com a visita do censor na redação. Foi respondido que ninguém faria censura no jornal, a não ser com comunicado oficial por escrito ao sr. Cardeal Arns... Ele exigia este ofício por escrito e declarasse quem em Brasília se responsabilizava por essa medida e em São Paulo também, quem é que assumiria essa responsabilidade (OSP²⁴, junho de 1978, lauda 1).

Segue-se na matéria a explicação de que no período de três dias outro telefonema revogou, por período indeterminado, a censura prévia n’*O São Paulo*, sendo realizado apenas censuras – através de telefonemas – no que dizia respeito a temas para publicações. Até que por fim

Em agosto, a censura começou a ser feita, todas as quintas feiras, depois de todo material, à noite, depois da composição, paginação pronta, quando o pessoal do jornal se retirava, terminando seu trabalho, tirando as matérias

²² Data de preenchimento do relatório incluído no prontuário de Dom Paulo Arns.

²³ Também de autoria da Arquidiocese de São Paulo e sob a direção do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns.

²⁴ No que tange a autoria da matéria encontrasse apenas o primeiro nome do repórter responsável, Vitor, também não conta a data precisa de possível publicação, apenas mês e ano.

das máquinas. Chegavam aí os censores, as vezes um, as vezes dois, e faziam seus cortes. A princípio nós conseguimos, uma vez apenas, deixar espaços em branco. Depois também isso foi proibido (OSP²⁵, junho de 1978, lauda 1).

Apesar da censura prévia ao semanário ter durado até 8 de junho de 1978 – segundo Pereira (1982) a censura terminou da mesma forma em que havia começado: por telefone e sem nenhum documento que dissesse respeito ao assunto - “em 1977, *O São Paulo* tentou, sem êxito, acabar com a censura na justiça sob o argumento de que era inconstitucional” (SERBIN, 2001, p. 349).

Um dos documentos enviados para publicação no seminário, vetado pelos censores da ditadura militar, consiste no *Diário do Congresso Nacional*, datada de 6 de agosto de 1977, narrando uma discussão a respeito de término da imposição da censura prévia do semanário *O São Paulo*. Tendo em vista que outros meios de comunicação o término da imposição da censura prévia, por parte dos militares, iniciou a partir de 1975, com a chegada de Geisel à presidência²⁶.

A discussão se constrói, principalmente, entre os senadores Franco Montoro (MDB - SP) e Eurico Rezende (ARENA – ES). Nas palavras de Montoro, segue a declaração de Evaldo Dantas Ferreira – na condição de diretor do semanário *O São Paulo*, na época em questão – no qual se profere que “o que estamos sofrendo no *O São Paulo* não é mais censura, é um ato de provocação, de covardia, pois matérias que já foram publicadas por outros órgãos de imprensa estão sendo vetadas no jornal da Igreja” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 06 de agosto de 1977, lauda 1)²⁷.

Esta breve apresentação do semanário *O São Paulo* é essencial para que possamos explorar no decorrer deste trabalho, através da análise documental e discursiva, as diferentes ideologias presentes nas matérias vetadas, de forma prévia, pela ditadura militar (1972-78), já tendo em mente, portanto, o posicionamento editorial do semanário durante o período (1972-78) que, sob a liderança do Arcebispo Dom Paulo E. Arns, estava fortemente vinculado à Teologia da Libertação e aos direcionamentos apresentados nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979).

²⁵ No que tange a autoria da matéria encontrasse apenas o primeiro nome do repórter responsável, Vitor, também não conta a data precisa de possível publicação, apenas mês e ano.

²⁶ Vide Fausto 2006.

²⁷ Documento disponibilizado pela Arquidiocese de São Paulo.

Mantendo sempre em vista que a disponibilidade de um acervo documental, inédito, de tamanha importância histórica deve ser considerado como essencial para a compreensão dos bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85), tendo em vista que estes documentos representam “as intenções e aspirações dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual poderíamos não ter nascido ainda ou simplesmente não estávamos presentes” (MAY, 2004, p. 205), torna-se essencial, portanto, a realização da pesquisa que se segue.

4 – QUESTÕES DEMOCRÁTICAS EM MEIO A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-85)

“Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares. A imagem do brasileiro conformado, acomodado, submisso, que sempre se procurou vender, não corresponde ao registro da história” (ARNS, 1985)²⁸.

²⁸ Trecho retirado do livro “Brasil Nunca Mais”.

4.1 OS MILITARES CASTELISTAS E O IDEAL DEMOCRÁTICO DA CÚPULA DO PODER MILITAR

Em abril de 1964, a elite nacional dominante e os militares brasileiros aplicaram o golpe contrarrevolucionário – dado ao fato de suas intenções de manutenção de uma ordem já instituída e ambições de combater possíveis ameaças a esta ordem²⁹ - que ficou conhecido na história como Golpe de 64.

O então presidente do Brasil, João Goulart, foi deposto – de forma questionável no que tange à legitimidade – e foi instituído um governo militar com a premissa de caráter provisório que pudesse combater as “ameaças” comunistas fomentadas durante o governo de João Goulart, assim como garantir a continuidade da democracia no território brasileiro.

O discurso proferido por Castelo Branco – o primeiro militar a exercer a presidência do Brasil durante a ditadura (1964-67) – no congresso convocado para a realização de sua eleição para presidente expõe claramente o compromisso de seu mandato para com a democracia nacional, nas palavras do próprio Castelo Branco:

cabia a ele cumprir plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as forças armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorar a democracia, restabelecer a paz e promover o progresso e a justiça social (REZENDE, 201, p. 68).

Por outro lado, os eventos que se sucederam durante a presidência de Castelo Branco comprovaram que, contrariamente a este discurso, apenas uma parcela restrita da cúpula do poder militar – denominados por Skidmore (1991) como *castelistas* – almejava a continuidade do exercício democrático na nação brasileira.

Fato crucial para a validade desta afirmativa se constitui nas eleições de 1965, que seriam cruciais na legitimação do – até então – governo militar provisório.

O primeiro revés eleitoral do governo aconteceu com a eleição para prefeito de São Paulo em março de 1965. Foi um revés porque o vencedor, brigadeiro Faria Lima, havia sido apoiado por Jânio Quadros, já privado de seus direitos políticos. Embora o governo Castelo Branco não tivesse interesse direto na eleição, o resultado desagradou os militares da linha dura, que estavam ficando nervosos com a eleição de onze governadores

²⁹ Vide Florestan Fernandes 1975.

marcada para outubro de 1965 (os outros nove seriam sufragados em um ciclo eleitoral diferente). Para muitos militares, a solução era suspender as eleições diretas de modo a se evitar a derrota do governo (SKIDMORE, 1991, p. 93).

Não bastando, contudo, a primeira derrota eleitoral militar aproximavam-se as eleições de outubro de 65, com as promessas de garantia de respeito aos resultados democráticos por parte de Castelo Branco, que poderiam por em cheque a legitimidade do Golpe de 1964.

Segundo Skidmore (1991), como resposta ao ocorrido, o então presidente conseguiu a aprovação de duas ementas que garantissem o melhor controle do sistema eleitoral, sendo a primeira uma ementa constitucional que obrigava a comprovação de moradia fixa por parte dos candidatos nos respectivos estados nos quais almejassem concorrer e a segunda, sendo constituída como uma “lei de inegibilidade”, na qual era vetado a eleição de qualquer candidato que houvesse exercido cargo como ministro do governo de João Goulart, a partir de 1963.

As eleições, contudo, se sucederam normalmente e para o desagrado dos militares linha dura os governadores apoiados por Jânio Quadros foram vitoriosos nos dois principais Estados brasileiros – dos onze em que houve eleições -, sendo eles Guanabara e Minas Gerais.

Apesar de suas promessas de cumprimento dos resultados democráticos, Castelo Branco, foi compelido a baixar o AI-2, na tentativa de amenizar as ameaças da linha dura.

O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada na maioria absoluta do Congresso Nacional, em seção pública e votação nominal. Reforçou ainda mais os poderes do Presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional (FAUSTO, 2006, p. 262).

O conturbado processo eleitoral de 1965 acarretou no bloqueio da continuidade do grupo *castelista* no poder nacional, sendo Castelo Branco sucedido por Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-1974), militares representantes da linha dura.

Deste modo, segundo matéria vetada, de forma prévia pela ditadura militar no Brasil (1964-85), do semanário católico *O São Paulo*

A partir de 1969, o caráter facista do governo militar se tornou mais evidente: autoridades eclesiásticas, bispos, sacerdotes, conheceram as prisões da polícia secreta. Os métodos de tortura, que superam qualquer fantasia eram parte do dispositivo para desarticular a esquerda (OSP, 3 de março de 1978, lauda 7)³⁰

O período Médici pode ser considerado como o mais violento da ditadura militar no Brasil, foi durante este que foi imposta a censura prévia aos meios de comunicação nacionais e, segundo Fausto (2006), no qual as torturas e perseguições políticas se tornaram mais intensas. Segundo dom Benedicto Ulhôa Vieira

Médici foi um homem assim muito insensível. Eu acho que ele passa a história do Brasil como um dos piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade, pela maldade. Ele tinha consciência da tortura no Brasil e tudo mais [...]. A censura do jornal *O São Paulo* era tremenda, os sensores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal... (In LANZA, 2006, p. 85).

Médici, por sua vez, assim como Castelo Branco, não conseguiu manter sua linha militar no poder após o fim de seu governo, sendo substituído por Ernesto Geisel (1975-79) em seguida João Baptista Figueiredo (1979-85), ambos ligados ao grupo *castelista*, que, por fim, deram início à abertura política no Brasil.

Há de se salientar que, apesar das divergências entre o grupo *castelista* e o grupo linha dura, os discursos a respeito da democracia estiveram presentes no decorrer de toda a ditadura militar. Em uma matéria vetada do semanário *O São Paulo*, é possível observar que

Segundo a revista da Pro Mundi Vita, os quatro presidentes revolucionários declararam solenemente que dariam um regime democrático. Mas até agora nada foi cumprido; ao contrário, a ditadura permanece. A razão seria que a conjuntura continua sendo desfavorável para o reestabelecimento da democracia (OSP, 3 de março de 1978, lauda 6)³¹.

O que devemos atentar neste momento é que, mesmo para os militares do grupo *castelista* - que demonstravam maior comprometimento com o processo de redemocratização brasileira –

A democracia era tomada pelos militares e civis que conduziram o movimento de 1964 como um regime político que não tinha que ser,

³⁰ Matéria de 7 laudas constando como autoria apenas o nome "Oglai".

³¹ Matéria de 7 laudas constando como autoria apenas o nome "Oglai".

necessariamente, controlado pelos civis. Ou seja, a sua suposta democracia seria revigorada através da restauração de uma legalidade, de uma paz e de um progresso com justiça social a partir da atuação de um determinado grupo que estaria incumbido desta tarefa em nome de um todo abstrato definido como povo (REZENDE, 2001, p. 68).

Dessa forma, ainda segundo Rezende (2001), a ambição militar era criar na sociedade brasileira um sentimento de aceitação completa dos ideais de ordem social vinculados à cúpula do poder militar.

Primeiramente, devemos considerar o papel do exército brasileiro como força de violência legitimada do Estado Capitalista – como nos mostra Weber (1971) - que tem como princípio essencial a manutenção do sistema de produção ao qual serve. Em um segundo momento, é necessário ter consciência do vínculo dos militares *castelistas* para com a elite burguesa nacional e com o Capital internacional (com destaque para os Estados Unidos).

Considerar-se-á também a realidade semifeudal brasileira – decorrente da estrutura agrária latifundiária que segundo Oliveira Viana, acaba por formar pequenos clãs provinciais no Brasil³² - o que favorece a ascensão de governos populistas que, como pode ser comprovado historicamente, ameaçam a continuidade do sistema capitalista dependente.

Peguemos, então, outra das matérias vetadas do semanário, na qual se discute o discurso proferido por Geisel em Tóquio (1976) no qual

O presidente foi claro em fazer a apologia ao regime democrático, mas também o foi ao condicionar sua existência à previa solução dos diversos problemas de caráter social existentes em algumas áreas da país. Sem resolver tais problemas – disse o presidente – não poderemos ter democracia (OSP, 1976, p. 1)³³.

Tem-se claramente exposto o condicionamento da garantia da continuidade do sistema capitalista na sociedade brasileira para dar início a um processo de redemocratização, que não sofra ameaças comunistas em decorrência da franqueza econômica nacional decorrente da crise.

Na mesma matéria, o redator do semanário *O São Paulo*, responsável pela discussão, rebate as afirmações feitas por Geisel, demonstrando seu descontentamento para com as palavras proferidas pelo então presidente, ao

³² Vide Weffort 2006.

³³ Matéria não consta autoria e a data de produção esta restringida ao ano (1976).

mesmo tempo em que fomenta a possibilidade de trilhar um caminho inverso, no qual a superação da crise econômica e dos problemas sociais brasileiros estariam diretamente condicionados à conquista da liberdade e ao exercício da democracia.

Devemos salientar que para Wood (2011) o Estado capitalista por si só inviabiliza a constituição de um regime democrático por excelência, tendo sempre em vista que:

É necessário, em primeiro lugar, não ter ilusões a cerca do significado e dos efeitos da democracia no capitalismo. Isso representa não somente a compreensão dos limites da democracia capitalista, o fato de que até mesmo um Estado capitalista democrático pode ser restringido pelas exigências de acumulação de capital, e o fato de que a democracia liberal deixa essencialmente intacta a exploração capitalista, mas também, e ainda mais particularmente, a *desvalorização* da democracia (WOOD, 2011, p. 233).

É visível a partir desses apontamentos, portanto, a ambiguidade democrática instalada em qualquer Estado no qual reine o sistema capitalista de produção, dado que a necessidade de privilegiar a acumulação de capital, por si só, já derruba a possibilidade de constituição de uma democracia plena.

Nesse ponto é cabível analisar o discurso de Figueiredo no qual, concordando com Geisel, o período de quase duas décadas de ditadura militar deveriam ser tomados “como um acontecimento irreversível que, transformando qualitativamente a sociedade brasileira pelo alcance de sua obra extraordinária, projetaria sobre o futuro um ideário que há de inspirar muitas gerações” (REZENDE, 2001, p. 304).

Tomemos emprestados aqui o conceito de *fé* simmeliano. Segundo o qual a *fé* é concebida como um sentimento natural e essencial para a construção da vida em sociedade, não estando, porém, restrito às instituições religiosas³⁴.

Esse tipo de sentimento pode ser expandido para a figura de um líder social, de um documento de lei que garanta direitos aos cidadãos, ou mesmo de um grupo ou parcela da sociedade responsável por determinado papel social.

Podemos, dessa forma, absorver, a partir da análise do discurso de Figueiredo, um real intuito de inculcação de um sentimento de *fé* simmeliano no poder militar - assim como nas figuras responsáveis pelo período de ditadura e

³⁴ Vide Simmel 2011.

redemocratização brasileiras, vinculadas à cúpula do poder militar – nas crenças políticas da sociedade brasileira.

O processo de redemocratização nacional e abertura política iniciados por Geisel (1975) tinha, contudo, uma necessidade muito maior do que simplesmente saciar os anseios democráticos do grupo *castelista*.

Como nos mostra Fausto (2006), não somente o forte combate exercido pela Igreja Católica – pela parcela progressista ligada à Teologia da Libertação e ao arcebispo Dom Hélder Câmara, deve-se acrescentar – como as constantes ameaças de aumento do poder por parte da vertente linha dura dos militares da cúpula do poder poderiam pôr em cheque as garantias de um processo de redemocratização que pudesse se concretizar no modelo idealizado pelos *castelistas*.

Nota-se, por conseguinte, o turbulento cenário político instaurado pela ditadura militar no Brasil (1964-85), no qual se consolidou uma cúpula do poder militar dividida por diferentes ideais de sociedade capitalista democrática.

As divergências entre a cúpula do poder militar acabaram por acarretar a ascensão dos militares linha dura à presidência do Brasil – Costa e Silva (1967-69) e Médici (1969-74) – o que culminou no período mais sangrento da ditadura militar no país, no qual foi instituída a censura prévia aos meios de comunicação nacionais.

4.2 DIFERENTES IDEAIS DEMOCRÁTICOS EXPOSTOS NAS MATÉRIAS VETADAS DO SEMANÁRIO *O SÃO PAULO* (1972-78)

É de demasiada importância destacar o papel exercido pela Igreja Católica, destacando as atuações do clero progressista, durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-85), assim como dos meios de comunicação ligados a essa parcela do clero brasileiro dado ao fato de que

A Igreja brasileira foi um alvo preferencial de censura. O governo fechou diversas estações de rádio, impediu publicação e distribuição de documentos episcopais, e usou a Bipartite para pressionar os bispos para que evitassem, baixassem o tom ou voltassem atrás em suas declarações. A campanha contra a Igreja se tornou mais intensa quando o clero assumiu seu papel de ser 'a voz dos que não tem voz'. Um exemplo foi o semanário arquiocesano *O São Paulo* (SERBIN, 2001, p. 349).

A partir de informações como esta e com a possibilidade de acesso aos documentos do acervo³⁵ de matérias censuradas pela ditadura militar, durante a década de 1970, do semanário católico já citado, é compreensiva a necessidade acadêmica reservada às Ciências Sociais de aprofundamento na análise documental destes, para que haja, em decorrência, uma melhor compreensão dos bastidores da ditadura militar, assim como do papel exercido pela Igreja Católica em meio a esse contexto.

No decorrer do processo de análise das matérias vetadas, de forma prévia pela ditadura militar no Brasil, pode ser constatado a fomentação de diferentes anseios democráticos em meio ao regime ditatorial militar que havia sido instaurado na sociedade brasileira.

Uma das matérias selecionadas do acervo do semanário *O São Paulo*, vetada, de forma prévia, pela ditadura militar, torna incontestável tal afirmativa. Nela segue o seguinte trecho em destaque:

As aspirações do povo tem se manifestado nos últimos dias indicando que a única solução possível para a situação atual é simplesmente a democracia. Não bastaria, porém, uma simples mudança formal do regime, e nem apenas uma legislação nominal. É preciso um movimento democrático que instaure e oriente a marcha para refazer a vida do povo o que vale dizer um movimento capaz de ir às raízes da crise e de abrir um futuro novo que vença a tecnoburocracia e a maquiavélica vontade de poder dos políticos e dos grupos favorecidos que os incentivam (OSP³⁶, 9 de agosto de 1977, lauda 1)

Ademais devemos destacar a repressão que se aplicava à fomentação dos mencionados anseios democráticos. Outra matéria vetada – nas mesmas condições das demais - do semanário destaca que

Propostas em favor de maior vitalidade democrática tem frequentemente esbarrado em argumentos preconceituosos quando não de força. E com isso o povo tem sido impedido de participar efetivamente do processo político e de levantar a voz para defender seus legítimos interesses (OSP³⁷, 1976, lauda 1).

Destes serão destacados nessa parte do trabalho o ideal democrático popular (ligado às figuras políticas de Jânio Quadros, Juscelino Kubistchek e João Goulart) assim como o ideal democrático defendido pelo clero

³⁵ Disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo.

³⁶ Autoria constando apenas o codinome "GG".

³⁷ Matéria não consta autoria nem data precisa de produção, apenas o ano (1976).

progressista, ligado à Teologia da Libertação e à defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948).

A partir do Concílio Vaticano II (1961-65) e das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), conforme nos mostra Wanderley (2007), notou-se a cisão entre o clero conservador e o clero progressista na América Latina. Vinculado à Teologia da Libertação, o clero progressista passou a voltar suas atenções para as camadas desfavorecidas da sociedade, como os pobres, os operários e os perseguidos políticos, enquanto o clero conservador, no Brasil, manteve seu apoio à ditadura militar e às classes dominantes.

Um ideal de democracia, vinculado à Teologia da Libertação, surge, então, das vielas sangrentas que a ditadura militar espalhava pela sociedade brasileira. Pautado na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948) este ideal democrático católico progressista pode ser observado durante o processo de análise das matérias vetadas do semanário.

Tal ideal se torna explícito a partir da análise de uma matéria vetada do semanário, tendo origem na Arquidiocese de Olinda – sob a liderança de Dom Hélder Câmara – a matéria define o tipo de democracia almejada pelo clero católico progressista brasileiro. Para este grupo:

democracia não é e não pode ser sinônimo de ausência de autoridade; mas, também, não é criação do Estado (o que importaria em totalitarismo de direita ou de esquerda). Democracia é um regime político em que todos aceitam uma autoridade, que governa em nome do bem comum, poder maior ao qual as próprias autoridades estão sujeitas. Quanto a liberdade e aos direitos fundamentais do homem são realidades inerentes a condição humana (OSP, 1976, p. 7).

Dessa forma, ao mesmo tempo que questionam o *status quo* instituído pela ditadura militar no Brasil, criticam também a formação de um Estado socialista, desvinculando, portanto, qualquer característica de *subversão* à ordem social capitalista que pudesse ser atribuída ao grupo progressista.

O enfoque desse ideal democrático, como se percebe, está pautado na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948). Ademais, deve-se considerar que apesar de questionar o regime ditatorial o clero progressista não se opõe, em nenhum momento, ao direito de propriedade privada que caracteriza o Estado capitalista, mantendo-se, assim, a característica religiosa de Aparelho Ideológico de Estado gramsciano.

Entretanto, deve-se considerar que mesmo que houvesse qualquer vínculo, por parte do clero progressista, com aspirações de caráter comunistas, expô-los publicamente em um meio de comunicação de dimensão nacional, como o semanário *O São Paulo*, acarretaria em perseguições e repressões violentas aos religiosos responsáveis pela disseminação de tal conteúdo.

O regime militar tinha sido constituído com o intuito de repreender violentamente qualquer suspeita de ameaça comunista que tomasse forma na sociedade brasileira, dessa forma, “a doutrina da Segurança Nacional é a base de luta contra o marxismo, com a exclusão do povo de participar do poder, para desenvolvimento da economia” (OSP³⁸, 3 de março de 1978, lauda 4).

Segue ainda em matéria, a partir das leituras de documentos provindos do Vaticano, a especificação das exigências necessárias para a implantação da democracia no Brasil, sendo que “nesta abertura democrática que responda as aspirações do povo não pode deixar de levar em conta duas exigências fundamentais. Exigências que, aliás, já foram lembradas por Paulo VI, na *Octagesima Adveniens* (n. 43)” (OSP³⁹, 9 de agosto de 1977, lauda 1).

Sendo que as duas exigências absorvidas da interpretação do documento se consistiam na repartição de bens e de poder. Em outras palavras, na diminuição da extrema desigualdade social que se instaurara no Brasil - em decorrência da crise econômica – e do processo de redemocratização que possibilitasse a real participação do povo no processo eleitoral, assim como a garantia do respeito aos resultados destas eleições.

Dessa forma a matéria se segue salientando que

Estas desigualdades e tais situações estruturais de injustiça que impedem a participação do povo e barram o acesso da multidão de pessoas à vida na dignidade humana são intoleráveis, e, felizmente, hoje vozes se fazem ouvir bradando pela necessidade de iniciar com urgência uma democracia que comece um percurso novo, e em outras bases do que aquelas apontadas nas últimas décadas (OSP⁴⁰, 9 de agosto de 1977, lauda 2).

Nota-se, portanto, uma crítica ao modelo democrático americano, que, segundo Wood (2011), está moldado para garantir a continuidade do poder aristocrático nas nações americanas, criando uma participação política limitada para

³⁸ Autoria limitada ao nome “Oglai”.

³⁹ Autoria restrita as siglas “GG”.

⁴⁰ Autoria restrita as siglas “GG”.

as massas populacionais, garantindo assim a legitimidade da dominação da aristocracia capitalista. Ademais, segundo a autora

Uma premissa básica da democracia social, por exemplo, foi que a liberdade e a igualdade limitadas do capitalismo deverão produzir impulsos incontroláveis em direção à completa emancipação. Hoje existe uma tendência nova e forte de se pensar o socialismo como uma extensão dos direitos de cidadania, ou – e isso se torna cada vez mais comum – de pensar a “democracia radical” como um substituto para o socialismo. Como o termo *democracia* se transformou no slogan de várias lutas progressistas, o único tema unificador entre os muitos projetos emancipatórios de esquerda, ele passou a significar todos os bens extra econômicos em conjunto. (WOOD, 2011, p. 232).

Tal citação descreve claramente os objetivos do clero progressista brasileiro, no qual um ideal de democracia se iguala ao conceito de sociedade socialista, ao mesmo tempo em que a substitui.

O terceiro ideal democrático a ser exposto neste trabalho está diretamente ligado às figuras de políticos brasileiros de caráter populista, como Juscelino Kubistchek (presidente do Brasil de 1956-61), Jânio Quadros (também presidente entre 1961-61), João Goulart (último presidente brasileiro antes da ditadura militar, 1961-64) e, por último, Leonel Brizola (governador do RS entre 1959-63).

Como nos mostra Weffort (1980), a ascensão do populismo nos países americanos está diretamente ligada ao acelerado processo de industrialização e urbanização ao quais estes foram expostos, assim como ao intenso fenômeno migratório desencadeado por este processo.

Sendo os grandes centros urbanos, com destaque para São Paulo, portanto, constituídos como verdadeiras placas de Petri ricas nas proteínas de melhores qualidades para favorecer o desenvolvimento do populismo.

Todos esses políticos tiveram seus direitos de participação política cortados durante o período de ditadura militar no Brasil (1964-85)⁴¹. Porém, como já foi demonstrado anteriormente, grande parte dos candidatos apoiados por esses políticos populistas durante as eleições de 1965, saíram-se vitoriosos nas decisões das urnas.

⁴¹ Vide Fausto (2006).

Ademais, devemos salientar os relatos apresentados em uma das matérias vetadas do semanário a respeito do funeral de Juscelino Kubistchek (1976) na qual segue o seguinte grifo

Já no cemitério, onde o cortejo era formado por mais de 100 mil pessoas, a Polícia Militar tentou fechar o portão para impedir a entrada do povo. Desistiu, quando a multidão começou a por abaixo a cerca de arame e a gritar 'abaixo a ditadura'. Na catedral, Dom José Newton quase não conseguia concluir seu sermão – 'o Brasil perdeu um filho que muito amava' – e lá fora a multidão gritava 'JK', 'democracia' - e jogava flores no caixão (OSP, 1976, p. 1).

O populismo se constituía, então, como uma forte ameaça à cúpula do poder militar, ao passo que determinadas figuras políticas exerciam grande influência sobre a população brasileira. Chegando a fomentar o anseio pela redemocratização do país e mesmo o questionamento da legitimidade da ditadura militar⁴².

As análises expostas deixam claro não só o papel exercido pelo clero progressista na luta pela redemocratização, pelo questionamento da legitimidade do *status quo* instituído pela cúpula do poder militar e pela defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948), como também pelos anseios populares no que diz respeito ao processo de redemocratização nacional.

⁴² O curto período disponível para a realização da pesquisa trouxe empecilhos para um maior aprofundamento no ideal democrático populista, com a disponibilização do acervo original das matérias censuradas, de forma prévia, do semanário *O São Paulo*, pela equipe editorial do próprio jornal e pela Arquidiocese de São Paulo, será almejada a realização de um futuro trabalho com maiores aprofundamentos na temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho apresentado, pode-se atribuir o considerável, e inegável papel político-social do semanário *O São Paulo* - assim como do clero progressista brasileiro ligado à elaboração do mesmo - para a história brasileira no contexto da ditadura militar (1964-85).

O semanário foi aqui exposto como um importante instrumento de combate aos abusos infligidos à sociedade brasileira durante o período de ditadura militar (1964-85), por parte dos militares da cúpula do poder – assim como das elites dominantes nacionais que visavam a exploração e a alienação das massas em prol da manutenção e da continuidade da relação de capitalista de tipo dependente que impera na sociedade brasileira -, assim como na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948) e na publicização dos diferentes ideais democráticos fomentados no período de totalitarismo militar.

Dessa forma, ao questionar a imposição da cesura ao jornal em 1973, Dom Lucas Moreira Neves⁴³ discursou preferir “*O São Paulo* fechado do que amordaçado” (SERBIN, 2001, p. 350). Nota-se, porém, a insistência por parte da cúpula do poder militar em manter a censura do semanário por um período de três anos a mais após o início da abertura midiática em relação à censura prévia militar⁴⁴.

Salientando não somente o papel de destaque para o clero progressista brasileiro no processo histórico-político nacional como também do semanário *O São Paulo* durante o período de ditadura militar, no Brasil (1964-85), realçando a classificação da vertente progressista do clero brasileiro “como a principal adversária da ditadura” (LÖWY, 1991, p. 55).

A Igreja Católica foi aqui classificada como um Aparelho Ideológico de Estado, a partir do conceito gramsciano, considerando que mesmo a vertente progressista do clero nacional não almeja, em si, a desarticulação do Estado capitalista muito menos o incentivo a uma revolução de cunho socialista.

O Exército Brasileiro, por sua vez, foi delimitado como um mecanismo de violência legitimada do Estado, a partir do conceito weberiano, incumbido da função

⁴³ Líder da área de comunicação da Arquidiocese de São Paulo e CNBB, porta voz episcopal no que diz respeito a temáticas da imprensa.

⁴⁴ Vide Fausto (2006).

de garantir a dominação de classes na sociedade capitalista, tendo como tarefa principal extirpar qualquer ameaça que se manifeste na sociedade, em outras palavras, combater qualquer tipo de fomentação socialista.

Ainda no que tange ao papel exercido pela cúpula do poder militar, foram apontados os incidentes que desencadearam as disputas entre os militares da linha dura e os *castelistas*, demonstrando que a consequência das divergências entre essas duas vertentes culminou na ascensão dos militares da linha dura ao poder, por quase uma década, constituindo o período de maior repressão da ditadura militar brasileira.

A análise dos documentos restritos à população até então – como as matérias e documentos do semanário⁴⁵ e os documentos provindos do acervo do DEOPS⁴⁶ - possibilitaram uma melhor compreensão dos bastidores da ditadura militar.

Foi possível, através desse trabalho, expor os diferentes ideais democráticos que tomaram forma durante o período de ditadura militar no Brasil, realçando aqui o *castelista* (ligado a Castelo Branco), o católico progressista (vinculado à Teologia da Libertação e a Dom Hélder Câmara), assim como o importante papel dos políticos brasileiros de caráter populista (Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart) no florescimento de anseios democráticos na massa popular brasileira.

No que se trata da democracia vislumbrada pela cúpula do poder militar, foi delimitado o caráter ambíguo de instalação de um sistema democrático em meio a uma sociedade capitalista, ainda mais quando consideramos a realidade brasileira de capitalismo dependente.

O Estado capitalista deve primar pela acumulação de capital, como função essencial de sua existência, desta maneira, um sistema democrático está sujeito, então, às limitações da esfera econômica, culminando em uma democracia limitada e defasada, tendo em vista a impossibilidade de garantia de igualdade políticas e econômicas plenas para todas as camadas sociais.

Do ideal democrático proveniente da vertente progressista da Igreja Católica brasileira, foi destacada a sua compatibilidade como o que Wood (2011)

⁴⁵ Disponibilizados pela Arquidiocese de São Paulo.

⁴⁶ Disponíveis de forma digital no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

denomina de “democracia radical”. Sendo esta, portanto, uma formulação democrática que venha a substituir o ideal de socialismo nas nações atuais.

Foi comprovado, por fim, o forte papel das figuras políticas de caráter populista da sociedade brasileira, na fomentação de anseios pela redemocratização em meio às massas populares nacionais que se encontravam em período considerado, por Weffort (1980), como fértil para o desenvolvimento do populismo, dada a realidade imposta pelo acelerado crescimento urbano e o desenvolvimento industrial que era imposto aos países da América Latina.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CESÁRIO, Ana C. e ALMEIDA, Ana M. **Discurso e ideologia: reflexões no campo do Marxismo estrutural**. Actia Scientiarum, Human and Social Sciences, Maringá, v. 32 n. 1 páginas 1-8.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**, 2° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GUIMARÃES, Luiz Ernesto. **A Teologia da Libertação sob o Discurso de Lideranças Protestantes durante a Ditadura Militar (1964-1985) em Londrina-PR**. 2012. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais apresentada a Universidade Estadual de Londrina.

JOANONI NETO, Vitale. **Estudos sobre a Comunidade Católica da Imaculada Conceição: uma experiência de organização popular em Bauru**. 1996. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unesp, Franca.

LANZA, Fábio. **Matrizes Ideológicas dos Arcebispos Paulistanos (1956-85): Um olhar sob o prisma do semanário o São Paulo**. 2006. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**, 9° ed. Cortez Editora, São Paulo, 2009.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. Trad. M. V. Baptista, São Paulo: Cortez, 1991.

MAGALHÃES, Marionilde. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos no Brasil**. Rev. bras. Hist. vol. 17 n. 34 São Paulo 1997.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões métodos e processos**, 3° ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, Sonia Virginia, **Análise documental como método e como técnica**. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2006, p. 269-279.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. Estudos de Lingua(gem)**, Vitória da Conquista, n1 p. 9-13, junho/2005.

PEREIRA, Antônio Aparecido. **A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”**. 1982. Tese (Doutorado) em Jornalismo, apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica, Roma.

PESSINATTI, Nivaldo L. **Políticas de Comunicação da Igreja Católica no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Unisal, 1998.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a Questão Religiosa**. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et all. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**, 3° ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 2012, pg 295-316.

REZENDE, Maria J. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo S. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Unesp 1993.

SAES, Décio. **República do Capital: Capitalismo e Processo Político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo Companhia das Letras, 2001.

SIMMEL, Georg. **Religião: ensaios volume 2/2**. São Paulo: Olho d’Água, 2011.
SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

WANDERLEY, Luiz E. W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na política brasileira**. 3° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Fontes documentais:

ARNS, Paulo E. e WRIGHT, Jaime. **Brasil: Nunca Mais**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 22° ed. 1985.

Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, **Comunicado a Imprensa**, 14 de março de 1978, 3 laudas⁴⁷

DEOPS. **Prontuário nº 5053: Dom. Paulo Evaristo Arns – Cardeal**. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P005053_01.pdf (visitado em 22/09/2013 as 16h02min) 39 laudas.

OSP⁴⁸. **Depoimento de Amaury Castanho**, junho de 1978, 2 laudas.

OSP⁴⁹. **Ainda no túnel**. [s.d.-- de --] de 1976, 2 laudas.

OSP. **Evangelização de Olinda**. [s.d. -- de -- 197-]⁵⁰, 10 laudas.

OSP. _____. [s.d. -- de -- de 197-]⁵¹. 1 lauda.

OSP⁵². **Dois exigências urgentes**. 9 de agosto de 1977, 2 laudas.

OSP⁵³. **A Igreja Católica e a Segurança Nacional**, 3 de março de 1978, 7 laudas

SOUZA, Ney de. **Entre a contestação e a convivência: Censura ao jornal O São Paulo durante o regime militar (1964-1985)**. Artigo apresentado em Fortaleza: XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

⁴⁷ Carta enviada ao semário *O São Paulo*.

⁴⁸ Autoria de "Vitor"

⁴⁹ Não consta autoria, nem data precisa de produção.

⁵⁰ Matéria não consta autoria nem data de produção.

⁵¹ Não consta autoria, nome, ou mesmo data de produção da matéria.

⁵² Autoria de "GG".

⁵³ Autoria de "Oglai"